

## Relações de poder e identidade: o uso do inglês e das novas tecnologias pelo MST

Vanderlei J. Zacchi (UFS/USP)

Marina dos Santos (2006), integrante da Coordenação Nacional do MST, afirma em entrevista que “O principal inimigo do MST é o avanço da parceria entre latifúndio, o agronegócio e empresas transnacionais da agricultura”. Essa parceria, no entanto, pode estar inserida num grupo mais amplo, representado pelo neoliberalismo, as grandes potências – os Estados Unidos em especial – e a chamada grande mídia. Na oposição a essas forças, o movimento busca afirmar sua identidade.

Para Maria Antônia de Souza (2006, p. 10), o MST se formou ao redor de uma identidade, a do sem-terra, na perspectiva de alterar a qualidade dessa identidade e passar a ser um “com-terra”. Nesse processo, o objetivo não é alcançado apenas com a conquista do título da propriedade ou do crédito necessário para trabalhar a terra. A definição da identidade do grupo deixa entrever o grau de abrangência do movimento, que elege como adversários atores de tão grande porte e alcance, como os citados acima. Não é, portanto, um movimento com fins instrumentais, mas de transformação da realidade, tanto próxima quanto distante.

Marina dos Santos coloca ainda outro inimigo do MST e da *sociedade brasileira*:

é a falta de um projeto para o *Brasil*. Um novo modelo agrícola precisa de um projeto de *desenvolvimento nacional*, que tenha como centro o fortalecimento do *mercado interno*, a distribuição de renda, a *indústria nacional* para sustentar a geração de emprego e renda para o povo. O MST está fazendo o seu papel com suas mobilizações populares, nos debates com a sociedade e na formulação de um projeto de *desenvolvimento nacional*. (SANTOS, 2006) (grifos meus)

A insistência da agricultora num plano de desenvolvimento nacional remete-nos a mais um aspecto identitário do grupo: o movimento se assenta sobre um projeto de nação, que ele pretende que seja estendido a toda a sociedade brasileira. Para Marina, “As terras devem estar

a serviço do *povo brasileiro*” e não para atender às necessidades das transnacionais da agricultura e do mercado financeiro internacional.

Seria o caso de se questionar se a identidade que o MST busca construir para si não estaria baseada num ideário de nação brasileira inspirado por noções essencialistas de cultura. O que faria supor que o termo “brasileiro” é mais bem caracterizado por um certo povo e uma certa cultura, considerados legítimos pelo movimento e que seriam a base de resistência à invasão externa representada pelo neoliberalismo e as empresas transnacionais. Os setores brasileiros que se alinham com o capital internacional – como o agronegócio, o latifúndio, as elites e a grande mídia – não estariam defendendo os interesses da nação.

Uma leitura mais atenta, porém, pode apontar outros caminhos. Em primeiro lugar, as identidades do MST não se limitam apenas a uma afirmação do seu caráter nacional. Em oposição às transnacionais da agricultura, por exemplo, o movimento se alinha com grupos ambientalistas internacionais, defendendo um desenvolvimento sustentado e a preservação do meio ambiente. Há também um interesse genuíno em se combater a desigualdade de relação entre homens e mulheres, tanto dentro quanto fora do movimento, fazendo par com interesses históricos de movimentos feministas em várias partes do mundo. Em segundo lugar, para que seja possível o intercâmbio com esses grupos internacionais e, principalmente, aqueles que defendem interesses mais intimamente relacionados com o movimento – como reforma agrária, financiamento agrícola e soberania alimentar –, o MST faz uso de duas importantes ferramentas: línguas estrangeiras, notadamente o inglês, e novas tecnologias de comunicação, como a Internet<sup>1</sup>. Há, portanto, no movimento, uma contradição entre a tentativa de construção de uma identidade nacional e a cooperação com outros agentes internacionais. Mais ainda se levarmos em consideração que essa cooperação se dá através de ferramentas que têm como grande centro irradiador os Estados Unidos, de onde também se origina boa

---

<sup>1</sup> O MST está na Internet desde 1996 com a página [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), que recebe cerca de 1.000 visitas por dia (COMMUNICATIONS..., 2006).

parte dos adversários dos sem terra. Essa contradição é inerente à constituição da identidade de um movimento:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (CASTELLS, 1999b, p. 22)

Para Castells, toda identidade é construída a partir de elementos fornecidos pelas mais variadas fontes: história, biologia, memória coletiva, aparatos de poder e outros. Caberia aos grupos sociais processar todo esse material e reorganizar seu significado “em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social” (p. 23), idéia que nos remete à noção de orquestração de discursos de Bakhtin (1988, p. 146): “Nossa transformação ideológica é justamente um conflito tenso no nosso interior pela supremacia dos diferentes pontos de vista verbais e ideológicos”.

Castells (p. 24) classifica as identidades coletivas em três grupos: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. A primeira não é relevante para as discussões propostas neste trabalho, por ser introduzida principalmente por instituições dominantes da sociedade. O discurso nacionalista, por exemplo, foi muitas vezes defendido por essas instituições em outras épocas. Hoje ele é defendido por grupos minoritários, como o próprio MST – que busca um resgate do que eles entendem por cultura popular brasileira em resposta a uma lógica de dominação internacional representada principalmente pelos Estados Unidos. Insere-se portanto na categoria da *identidade de resistência*.

Por não estar apenas defendendo apenas interesses próprios, mas também propondo uma transformação da sociedade, é na *identidade de projeto* que o movimento se enquadra melhor: “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao

fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (p. 24). Se na modernidade a identidade de projeto foi constituída a partir da sociedade civil, na sociedade em rede atual ela se desenvolve a partir da resistência comunal. Portanto, para Castells (p. 28), na era da informação, os sujeitos transformacionais são um prolongamento da resistência comunal. Mas, na sociedade em rede, as comunidades não estão isoladas. Castells (1999a, p. 498) afirma que a distância entre dois pontos (ou posições sociais) é menor se ambos forem nós de uma mesma rede, que ele define como “um conjunto de nós interconectados”. Estar fora dela é estar excluído. Assim, o MST procura ampliar sua rede incluindo outros grupos minoritários e oprimidos, como os índios: nós fora da rede.

O inglês e as novas tecnologias da comunicação são fundamentais na articulação dessas redes. Gee (1986, p. 743) afirma que o ensino de inglês não é o ensino de língua ou gramática, mas de práticas discursivas. Seria preciso dominá-las para se ter acesso ao poder. Pode-se dizer que o mesmo se aplica às novas tecnologias. Práticas discursivas se referem ao uso da linguagem em seu contexto significativo e estão intimamente relacionadas com a visão de mundo de cada grupo social ou cultural e, conseqüentemente, com a identidade dos que as praticam: “uma mudança de práticas discursivas é uma mudança de identidade” (GEE, 1986, p. 720). A identidade é, portanto, dinâmica e está passível de transformação, assim como as relações de poder entre sujeitos ou grupos sociais no interior de uma sociedade. Fairclough ressalta que as práticas discursivas estão vinculadas a práticas ideológicas, políticas e sociais e tanto podem reproduzir quanto transformar as relações de dominação:

minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117)

Embora um movimento de origem e ação rural, o MST tem uma base organizativa situada no meio urbano (SANTOS, 2006, p. 9). Mais do que isso, é um movimento de

características cosmopolitas (SANTIAGO, 2002; ZACCHI, 2003, 2004), que contrastam com suas tendências nacionalistas. Prova disso é o fato de que sua página na Internet está disponível em sete línguas estrangeiras. Suas ações estão coordenadas não apenas com grupos semelhantes ao redor do mundo, como a Via Campesina, mas também com grupos de apoio sediados em países centrais, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra, como é o caso do *Friends of the MST* (FMST).

O FMST é uma rede de suporte ao MST “na luta por justiça social e econômica” que busca “educar o público dos Estados Unidos e do mundo anglófono para estabelecer um perfil internacional do MST” (ABOUT..., 2006). Entre os objetivos do grupo estão divulgar o trabalho do MST – pela Internet e outros meios – e mediar os contatos entre os sem terra e grupos localizados nos Estados Unidos que tenham interesse no movimento. Para alcançar seus objetivos, o FMST dá grande ênfase à tradução e à Internet:

Este ano, a Equipe de Tradução do FMST concluiu mais de 50 atualizações, artigos e *Urgent Action Alerts*, totalizando mais de 115 páginas de tradução do português para o inglês, e um componente vital do trabalho de direitos humanos do FMST. Por exemplo, quando cinco líderes do MST foram ameaçados de prisão em fevereiro por participar pacificamente de uma ocupação de terra, os tradutores do FMST concluíram e distribuíram um *Urgent Action Alert* enviado por advogados do MST. Como resultado, todos os cinco líderes do MST garantiram o direito de prosseguir em suas demandas. A página eletrônica do FMST continuou a servir como *host* para notícias, opiniões, recursos e entrevistas relativas ao MST. Patrocinadores fizeram doações *online* e se inscreveram para nossa *listserv*. Este ano, mais de 500 patrocinadores se juntaram à *Listserv* Quinzenal, que agora conta com mais de 3.000 inscritos! (FRIENDS..., 2006)

Como num processo de simbiose, o inglês e a Internet se apóiam mutuamente em sua trajetória de expansão planetária. Conforme dito anteriormente, ambos possibilitam o domínio de práticas discursivas que dão acesso ao poder. Hoje já não se fala do inglês como uma língua que representa interesses apenas dos países anglófonos centrais, notadamente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Ou ainda os interesses dos grupos dominantes no interior desses países. O inglês tornou-se não apenas a língua da dominação, mas também da resistência. É um fenômeno mais geopolítico do que geográfico, intensificado pela fluidez das

fronteiras físicas e culturais. Não se pode desconsiderar o papel dominante que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha desempenham no jogo político e cultural internacional, e a maneira como a língua inglesa pode servir aos seus propósitos. Mas, por outro lado, não se pode negar que ela esteja em todas as partes e possa ser usada pelos mais diferenciados grupos e classes sociais. É nesse contexto que Norton (1997, p. 422) questiona: “A quem pertence o inglês internacionalmente?”. E conclui que há uma importante relação entre língua, identidade e o sentimento de posse do inglês, pois para se considerarem falantes legítimos os estudantes de inglês precisam ter o direito a reivindicar essa posse. Portanto, a aprendizagem e o uso de uma língua estrangeira implicam construção e negociação de identidade.

Uma das maneiras pela qual as identidades acabam sofrendo o processo de renegociação, de realinhamento, é o contato entre as pessoas, entre os povos, entre as culturas. É por esse motivo que se torna cada vez mais urgente entender o processo de ‘ensino-aprendizagem’ de uma língua “estrangeira” como parte integrante de um amplo processo de redefinição de identidades. Pois as línguas não são meros instrumentos de comunicação, como costumam alardear os livros introdutórios. As línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria. Logo quem transita entre diversos idiomas está redefinindo sua própria identidade. Dito de outra forma, quem aprende uma língua nova está se redefinindo como uma nova pessoa. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 69)

No caso do MST, apropriar-se do inglês como meio de resistência facilita-lhe o acesso ao poder, sem torná-lo igual a seus adversários, que na maioria das vezes fazem uso dessa mesma língua para desempenhar suas práticas discursivas em âmbito mundial. O movimento adota uma estratégia identitária que lhe permite atuar em diversas frentes. Se por vezes ostenta um discurso de cunho nacionalista, também se engaja em disputas internacionais que podem estar relacionadas tanto a seus interesses imediatos quanto aos de grupos estrangeiros em situação de desvantagem, como é o caso de seu apoio à causa do Líbano e da Palestina na disputa histórica que esses países travam com Israel. Em situações como essa, a língua inglesa e a Internet são ótimas aliadas. A questão é que uma identidade não anula completamente a outra.

Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de “Tradição”, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras”; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (segundo Homi Bhabha) chama de “Tradução”. (HALL, 2003, p. 87)

De modo que a afirmação da identidade do MST remete à “tradução”, pois é uma identidade contingente, criada para fazer face a seus adversários históricos e que estará em constante mudança, em função dos desenvolvimentos político-culturais de cada época. O que não quer dizer que, em alguns momentos, o movimento também não assuma uma identidade de “tradição”. Há, no discurso do MST, uma tendência em considerar o estrangeiro como uma ameaça à “pureza” do elemento nacional. Mesmo não sendo o nacionalismo o elemento principal que molda a identidade do sem terra, ele está presente em seus discursos, contradizendo aspectos do movimento que lhe dão expressão mundial.

A ameaça em geral está representada pelo mundo anglo-americano. Na música, é o estilo *country*, “com suas roupas de *cowboy* e músicas pasteurizadas no estilo dos grandes rodeios”, segundo reportagem do *Jornal Sem Terra* (VIOLAR..., 2006, p. 10). Edvar Lavratti, da direção estadual do MST em São Paulo, afirma: “Nada disso é nosso”. Diante dessa constatação, os sem terra decidiram criar, em 2003, o Encontro Nacional de Violeiros, que vem se realizando anualmente na cidade de Ribeirão Preto, no interior paulista. A afirmação de que o evento se realiza sob uma imensa figueira de 400 anos reforça a idéia de tradição. Recorrendo às palavras do violeiro Ivan Vilella, a reportagem defende que, antigamente, as manifestações culturais estrangeiras que chegavam ao Brasil não eram totalmente assimiladas, mas se fundiam com o repertório nacional. De acordo com Vilella, a própria viola, símbolo da cultura caipira, foi introduzida durante a colonização portuguesa. Hoje as coisas mudaram:

está cada vez mais difícil que a mistura aconteça, pois essas referências nacionais estão se perdendo. A missão de quem procura preservar as raízes culturais brasileiras hoje vai além de uma atitude puramente xenófoba, de negar o que vem de fora, mas sim garantir que não haja apenas assimilação, mas uma fusão com nossos elementos. (VIOLAR..., 2006, p. 10)

A missão é, portanto, promover e defender a cultura brasileira das invasões externas, o que para o MST é motivo de orgulho (NESTA..., 2004).

Mesmo apresentando essas tendências nacionalistas, é preciso ressaltar que o MST não defende o ideário republicano e iluminista da igualdade, bandeira de muitos movimentos nacionalistas em outros tempos e em várias partes do mundo. Essas manifestações em geral partiam da classe dominante, que impunha a igualdade a partir de seus próprios valores. O MST defende antes a diversidade de valores e expressões, por assumir também os interesses de grupos minoritários e oprimidos. Essa é também uma oposição entre a identidade legitimadora e a de projeto, de acordo com as definições de Castells (1999b, p. 24).

O problema é que, ainda assim, os sem terra apresentam uma visão romântica de cultura. Apesar de reconhecer a mescla como constitutiva das manifestações culturais, o movimento se refere a elas como puras e portadoras de uma essência que as diferencia umas das outras em termos de filiação nacional. Como resultado, há um embate que se inscreve no tradicional estilo Nós versus Eles. A típica e pura cultura norte-americana em oposição à típica e pura cultura brasileira. Mas que cultura brasileira é essa? A cultura sertaneja, derivada da indígena e cabocla, que nos remete aos primórdios da fundação do país. Ela se manifesta não só na música, mas também na culinária e outras manifestações artísticas. Durante o Encontro Nacional de Violeiros, é realizada também a Festa do Milho Verde, “replet[a] de milho cozido, pamonha, bolo de milho [e] curau” (NESTA..., 2004). O MST utiliza elementos da cultura sertaneja para afirmar sua identidade própria, definindo-o como um movimento brasileiro formado por grupos raciais e sociais marginalizados. Mas também se apropria desses elementos para caracterizá-los como a pura expressão da cultura brasileira em geral. Obviamente não deixa de ser uma manifestação política. O caipira é o que mais se aproxima de ser o outro do estilo *country*, que em termos culturais é uma representação dos adversários



do movimento. Nesse caso, é a identidade de resistência, de Castells (1999b), que melhor o caracteriza.

Por motivos semelhantes, a cultura popular brasileira esteve também em evidência nas discussões que se seguiram à apresentação, pelo deputado Aldo Rebelo, de um projeto de lei para regulamentar o uso de estrangeirismos no Brasil. O deputado defende que o linguajar do camponês nordestino tem mais legitimidade do que o dos cariocas urbanos que instalaram uma estátua da liberdade em plena Barra da Tijuca. Rajagopalan comenta que o deputado, em nome da defesa do povo, efetua uma uniformização dos diferentes segmentos que o compõem. Os moradores da Barra da Tijuca estariam traindo os verdadeiros interesses da pátria, atuando como agentes das forças de globalização. Para o deputado, portanto, “o verdadeiro povo brasileiro seria composto pelos camponeses e não os esnobes desenraizados da verdadeira cultura” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 96).

Em sintonia com as propostas do deputado Aldo Rebelo e provavelmente como forma de resistência à invasão cultural norte-americana, o MST optou por não fazer uso de estrangeirismos em sua página oficial da Internet, mesmo aqueles típicos do mundo eletrônico virtual, que obviamente se originam do inglês. O *site* está disponível em sete línguas estrangeiras, mas a página em português está livre de estrangeirismos, mantendo-se “pura”, sem a possibilidade de interação com as demais línguas. No entanto, o português não deixa de ser também a língua do invasor, ainda que em outras épocas. Se houve uma mescla entre elementos portugueses, indígenas e africanos na música e na culinária, na língua a assimilação foi quase completa. O português se impôs como língua oficial tomando de empréstimo apenas alguns poucos elementos das línguas indígenas e africanas. Além disso, a norma utilizada é a culta, que em tese não reflete a identidade dos sem terra.

A exemplo do inglês e das novas tecnologias, a norma culta do português possibilita a adoção ou elaboração de práticas discursivas que dão acesso ao poder ou se constituem como

resistência ao poder constituído. Mas não se pode ignorar que são tênues as fronteiras que delimitam as questões culturais e lingüísticas. “Todo ato cultural vive essencialmente nas fronteiras”, diz Bakhtin (apud YÚDICE, 2004, p. 340). Exemplo disso – e em contraste com as visões essencialistas que o MST tem de cultura brasileira – é a parceria com o Movimento Hip Hop (TONI C, 2006, p. 36), urbano e influenciado por elementos culturais norte-americanos. Mas, diferentemente do *country*, o *hip hop* é uma expressão cultural fortemente identificada com as minorias raciais e sociais que vivem nas periferias das grandes cidades. É a identidade da “tradução” que volta a predominar.

Uma aproximação entre as definições de identidade de Robins e de Castells pode ser feita neste momento. Ao dar preferência ao discurso nacionalista, o movimento coloca em destaque a identidade de resistência ou de tradição. Quando privilegia a discussão com atores globais na articulação de propostas alternativas aos ditames das forças hegemônicas, é a identidade de projeto ou de tradução que ganha ênfase.

Ao transcender sua identidade de resistência, o movimento se expande para abarcar a luta global de parceiros internacionais contra um inimigo comum, multidimensional e onipresente. O inglês e as novas tecnologias de comunicação são fundamentais nesse processo e contribuem para a formação da identidade do MST e dos seus aliados mundiais. A dimensão nacional versus estrangeiro perde sua força diante dos novos desdobramentos das relações de poder em escala global. Se os adversários estão aqui dentro e lá fora, os aliados também. Fiorin (2002, p. 122) afirma que “A esquerda é internacionalista. Deve contrapor o internacionalismo proletário ao internacionalismo burguês”. Talvez seja mais adequado o termo “transnacional popular” (YÚDICE, 2004, p. 300) em vez de “internacionalismo proletário”, conjugando no MST tanto a identidade de resistência quanto a de projeto.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et alii. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1988. p. 71-210

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

GEE, James Paul. Orality and literacy: from *The savage minds* to *Ways with words*. *Tesol Quarterly*, v. 20, n. 4, p. 719 -746, 1986.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei nº. 1676/99. In: FARACO, Carlos A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002. p. 107-125.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORTON, Bonny. Language, identity, and the ownership of English. *Tesol Quarterly*, v. 31, n. 3, p. 409-429, 1997.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.

SANTIAGO, Silviano. O cosmopolitismo do pobre. *Margem/Márgenes*, Belo Horizonte / Buenos Aires, n. 2, p. 4-13, 2002.

SANTOS, Marina dos. *Entrevista: Marina dos Santos*. Entrevistador: Marcelo Salles. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista081206.htm>. Acesso em: 27 dez. 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

TONI C. O fim do MST. *Revista Sem Terra*, São Paulo, n. 36, p. 36, nov.-dez. 2006.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZACCHI, Vanderlei J. Estrangeirismos, nacionalismo e ensino de língua inglesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 7., 2004, São Paulo. *Anais...* [São Paulo: s.n., 2004]

ZACCHI, Vanderlei J. A questão meridional em Gramsci e globalização contra-hegemônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em:

[http://www.sbsociologia.com.br/sbs\\_v01/xicongresso/gt24\\_sex05\\_09.shtml](http://www.sbsociologia.com.br/sbs_v01/xicongresso/gt24_sex05_09.shtml). Acesso em: 15 jan. 2007.

## DOCUMENTOS

ABOUT the MST. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em: 23 dez. 2006.

COMMUNICATIONS sector. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em: 23 dez. 2006.

EDUCATION and political training sector. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em: 23 dez. 2006.

FOOD sovereignty at the World Social Forum. 23 jan. 2007. Disponível em: [http://www.viacampesina.org/main\\_en/index.php?option=com\\_content&task=view&id=270&Itemid=34](http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=view&id=270&Itemid=34). Acesso em: 25 fev. 2007.

FRIENDS of the MST: 2006 year in review. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/410>. Acesso em: 23 dez. 2006.

NESTA edição: Encontro de Violeiros, Tribunal dos Transgênicos e Campanha Nacional pelo Trabalho. 19 mar. 2004. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1811>. Acesso em: 29 jan. 2007.

VIOLAR é preciso. *Jornal Sem Terra*, São Paulo, n. 267, p. 10, nov. 2006.